

**NALVA PEREIRA LEITE<sup>1\*</sup>.**

<sup>1</sup> Universidade Theology & Sciences (ITS). Orlando - FL.

\*E-mail: [nalvajg@hotmail.com](mailto:nalvajg@hotmail.com)

**RESUMO**

O objetivo desse estudo foi apresentar conceitos de inclusão, integração bem como o surgimento no ambiente escolar contextualizado nos acontecimentos históricos. A pesquisa também tem a intenção de mostrar aspectos sobre os dias atuais, onde o tema é frequentemente abordado, porque, decorre da importância de um olhar atento ao planejamento de aula visando mediar a cognição do aluno especial, explorando sua capacidade intelectual através de uma proposta de educação inclusiva, eliminando os métodos de integração. O cenário mundial da educação configura analisar melhores condições para uma educação inclusiva efetivando o ensino e aprendizagem dos alunos especiais para que seja de forma digna e respeitosa, garantindo os direitos assegurados por lei, o que não acontece em casos de integração. Percebe-se, os métodos de integração não valorizam o potencial do aluno especial, ele apenas insere esse aprendiz no cotidiano escolar e tais indivíduos que se moldem e se adaptem a esse ambiente. Já a concepção de inclusão busca proporcionar autonomia, independência e meios de facilitar o atendimento às pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Escola, Inclusão, Docente.

---

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E CONCEPÇÕES****INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva é um desafio no cotidiano do corpo docente, contudo muitas evoluções vêm acontecendo na escola. Nesse interim, é essencial debater a temática abordando a relevância de educadores, escola, pais e sociedade entender que existe uma diferença entre inclusão e integração. A perspectiva inclusiva visa um processo de ensino e aprendizagem que proporciona a aceitabilidade do outro para que juntos possam conectar seus objetivos em busca de enfrentamento e superação do ensino por meio da integração (SILVA, 2012).

A escola vem buscando melhorias e qualidade de ensino para os alunos que precisam de uma atenção especial por parte dos professores para poderem desenvolver a aprendizagem. Muitas crianças e jovens necessitam de um atendimento especializado, crianças com deficiência intelectual, deficiência física e dificuldades aprendizagens e essas necessidades são asseguradas por lei, medidas entre outros documentos (SILVA, 2012).

Segundo o pensamento de Silva (2012) fica evidente que nas escolas a integração, por vezes, é confundida com o ato de inclusão, por esse motivo, surgiu a motivação de levar a debate e elucidar o tema inclusão nas escolas visando favorecer e incentivar evoluções nesse contexto. Muitas crianças, jovens e famílias sofrem com os reflexos e resultados da integração que está enraizada no âmbito escolar, que por sua vez, reflete na sociedade como o todo.

Não é possível pensar que a inclusão se limita apenas em promover condições amparadas por leis, mas mostrar as contradições sociais e propor alternativas concretas para uma inclusão responsável. Por isso, a pesquisa teve como objetivo esclarecer a relevância do ensino por meio da inclusão e diferenciá-la dos métodos integração. O problema que foi norteador fundamentou na seguinte indagação: Os métodos de inclusão vêm se efetivando no cenário educacional?

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **As leis que regem a inclusão**

O contexto de deficiências existentes é amplo e diversificada, como afirma o Art. 2º da lei nº 13.146 *“considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade”* se analisada do ponto de igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A pessoa com deficiência é assegurada por leis que garantem: acessibilidade, educação, trabalho, saúde, esporte, lazer, cultura, isenção de impostos e taxas, auxílios como aposentadoria. O Art. 3º da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 garante *“acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias [...]”* (BRASIL, 2015).

A deficiência física é estabelecida por alguns fatores determinantes que pode ser acarretado pelo sistema locomotor provocando limitações a pessoa ou podem ser de fator genético, viral, bacteriano, neonatal e traumático. Já, a deficiência visual engloba a perda total ou diminuição da visão, sendo classificada como parcial leve, moderada ou grave e a cegueira que pode ser profunda, quase total e total (MANTOAN, 2003).

No que diz respeito ao ambiente escolar, Mantoan (2003) esclarece que é aconselhado conteúdos de modo funcional e prático, para o atendimento de estudantes que apresentam deficiências que comprometam o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, além de estruturar o ambiente de modo acessível ao aluno, como por exemplo: rampas, corrimão, banheiro adaptado, entre outros.

A Lei de Diretrizes e Bases garante direitos a educação constituídos pela lei de nº. 9.394/96 que traz a relação ao atendimento das crianças, em seu art. 59 os sistemas de ensino asseguraram aos alunos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado (BRASIL, 1996).

As escolas cada vez mais recebem pessoas com necessidades especiais. Atualmente é bem corriqueiro ver na classe regular alunos com deficiência intelectual e física, sendo elas ocasionadas por alguma limitação. A intelectual provoca dificuldades de aprendizagem como o desenvolvimento da leitura, escrita, matemática, entre outros fatores. A deficiência física limita o indivíduo nas suas atividades diárias de locomoção e acontece por um comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, o sistema muscular e o sistema nervoso (MITTLER, 2003).

As pessoas com esses problemas precisam de uma atenção especial e para tanto o professor deve buscar por um processo de ensino que atenda a dinâmica de inclusão. De acordo Mittler (2003):

*“[...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”. (MITTLER, 2003, p. 16)*

Além disso, o documento Declaração de Salamanca (1994) *“determina que cabe a escola se adaptar ao aluno com deficiência e não este a escola”*. Sendo assim fica claro que a escola deve atuar de maneira precisa promovendo uma educação de qualidade que respeite as diferenças e valorize a diversidade proporcionando aos alunos saberes e habilidades que fará a diferença em suas vidas. Nesse viés, é preciso dar-lhe o direito de escrever a sua história por si mesmo e construir um futuro com dignidade e respeito.

*“Artigo 11 da Declaração de Salamanca: O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 18).*

Segundo Mantoan (2006) a escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais. Sendo assim criar situações de oportunidade de aprendizado a todos, sem exclusão de qualquer tipo, em especial aos deficientes, seja físico ou mental, torna o ambiente escolar prazeroso, enriquecedor e digno.

### **A escola e a educação inclusiva**

Segundo Beyer (2006) o Projeto Político Pedagógico Inclusivo objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais”. Para tal a abordagem educacional não há dois grupos de alunos, porém, apenas crianças que compõe a comunidade escolar e que apresentam necessidades variadas.

Minetto (2008) revela que a escola necessita de professores que pensam na educação como um todo, uma proposta inclusiva em sala de aula se faz necessária e urgente como ressalta o autor. Os professores precisam mudar a visão estagnada das pessoas com deficiências para uma visão catalogada nas possibilidades, dando destaque ao respeito, a cultura, diferenças e às inteligências múltiplas, adotando um caráter receptivo perante a singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno.

Todo ser humano pode aprender, então vale afirmar-se que todos ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência. Portanto, é imprescindível planejar e

permitir a esses alunos a aprendizagem e o acesso em todas as áreas, não tendo como preocupação somente a socialização, pois esse fator por muitas vezes fica em evidência (BAPTISTA, 2006).

Neste sentido, a escola pode apresentar-se de três formas, excludente, integradora ou inclusiva referente a educação especial, isso vai depender da proposta pedagógica do contexto em questão. Infelizmente essa situação de exclusão, ainda é uma realidade em diversas situações, no entanto busca-se por um currículo que atenda a nova realidade escolar valorizando o indivíduo pelo ser que é e não pela sua capacidade cognitiva ou física (BAPTISTA, 2006).

O ajustamento e flexibilização curricular não se dá em promover atividades complementares na estrutura curricular para alunos de inclusão, porque existem conhecimentos indispensáveis a todos os alunos, portanto, o ensino deve acontecer de forma igualitária respeitando as singularidades de cada um. O currículo deve ter a finalidade de atender a heterogeneidade existente nas relações igualitárias (ARANHA, 2000).

A escola deve planejar estratégias que promova a inclusão desses alunos e é por meio de um currículo aberto que prevê a flexibilização curricular e obtém como causa e efeito a inclusão de todos, considerando as suas diferenças. Suas singularidades e ainda suas necessidades não busca melhorar as dificuldades dos alunos e sim realçar as capacidades, habilidades e potencialidades dos educandos (ARANHA, 2000).

*“[...] a ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade, significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social” (ARANHA, 2000, p. 94).*

Nesse contexto a escola deve requerer uma educação que atenda a todos, adaptando o currículo ao seu Projeto Político Pedagógico. E o corpo docente deve ir em busca de conhecimentos e aperfeiçoamento que leve a capacitação para assim desenvolver a aprendizagem dos alunos, bem como, estar atento aos direitos e acessibilidades garantidos a eles para que sejam respeitados e o processo de inclusão dos alunos com deficiência seja eficiente (BAPTISTA, 2006).

Para tanto destaca a importância da preparação dos professores e a formação continuada desses profissionais que deverá estar consciente, seguros, informados e

capacitados para atuar nas mais diversas situações que demanda a necessidade especial (BAPTISTA, 2006). Desse modo, cabe ao educador sempre buscar formações e meios para auxiliá-los nos desafios que encontrarem durante o processo de ensino e aprendizado, possibilitando-os observar e avaliar continuamente dos alunos especiais e acompanhar o desenvolvimento desses alunos.

Outro aspecto importante é o investimento de políticas públicas e sociais voltadas para esse sentido buscando desenvolver a aprendizagem e inclusão. Esses conceitos podem atender as necessidades educativas desses indivíduos, evitando então o prejuízo e falha de comunicação a respeito dos conteúdos ministrados em sala de aula. E conformidade com o pensamento de Nunes et al (2015) o ensino que tem como base os direitos educativos, onde não são considerados somente uma integração social, intercedendo a favor da valorização da inclusão.

### **O professor e a inclusão**

O professor da educação especial é um agente ativo no processo da educação, por isso ele deve buscar teorias adequadas que proporcionam oportunidades e qualidade de ensino. Para tanto, os professores devem buscar por conhecimentos que abarquem os direitos e os meios de favorecerem o processo de inclusão. Deve-se considerar um currículo adaptado e flexível, buscando a construção de conhecimentos e entendimentos a respeito dos alunos especiais no intuito de desenvolver a sua prática docente (CUNHA, 2009).

Sendo assim, o docente deve amparar nos fundamentos que o leve aprender sobre as necessidades educacionais especiais, conhecer a história da deficiência, conhecer a legislação brasileira, saber quando encaminhar, buscar conhecimentos para a prática e formação adequada-investir na capacitação para poderem desenvolver a aprendizagem de todos os alunos. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 1º é assegurado que:

*“É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, S/N).*

Neste sentido pode-se observar que existem desafios para atender as necessidades da educação inclusiva mediante o contexto da atualidade. De acordo com Perrenoud (2018), a escola que atende a sociedade atual necessita de ser tem um olhar diferenciado, e dentro do aspecto que abrange os saberes que o professor irá desenvolver e interagir com os estudantes, pois sua função é singular.

A realidade educacional, demonstra que não existe mais espaço somente para transmissão de conhecimentos. A escola em acordo com as mudanças, direciona o professor para ajustar suas ações e métodos, refletindo sobre seus planejamento e formas de ensino. Clock, et al. (2018), menciona que:

*“O professor inserido nessa totalidade necessita adequar-se às novas formas de educação relacionadas à transformação de suas práticas educativas e pedagógicas, pois a sociedade intervém com muitas demandas [...]” (CLOCK, et al., 2018, p.96).*

As alterações que acontecem recentemente mostram que o processo de ensino e aprendizado, compreende uma mediação diferenciada e colaborativa por parte do professor da educação especial. A atribuição do professor está voltada para as práticas pedagógicas e nos últimos anos, necessitou de mudar suas concepções, a sua organização de seu trabalho, pois existe uma responsabilidade em exercitar habilidades e capacidades, além de integrar o ensino com várias áreas do conhecimento (MASSETO, 2015).

De acordo com Masseto (2015), a modificação do trabalho docente deve ser realizada, atendendo assim as inovações sociais e políticas que atendem a uma educação que promove a inclusão. Partindo dessa compreensão a atividade dos profissionais da educação tem necessidades muito diversificadas e o professor como mediador e responsável por auxiliar no aprendizado, tende a se aprimorar e se apropriar de tomar consciência de informações e inovações de outras áreas e formas de ensinar que possam ser compatíveis com a realidade das instituições de ensino.

*“O novo professor tem de ser capaz de desenvolver habilidades para entender os parâmetros culturais vigentes e ter como prática a criação de sujeitos que sejam autores do seu mundo e da história. Não pode por isso ter um conhecimento exclusivamente acadêmico, racional, teórico, construído através da experiência e sim um saber que o*

*capacite para gerenciar a informação disponível e saber adequá-la ao contexto e à situação formativa que se situa, sem perder de vista os objetivos traçados {...}]” (CUNHA, 2009, p.1054).*

Em acordo com as fundamentações apresentadas por Cunha (2009) o professor que desenvolve seu trabalho na sociedade contemporânea, tem que ir além da função de levar ensinamentos, mas realiza a promoção e inclusão dos estudantes, permitindo que a cognição ocorra de forma integral, com troca de conhecimentos e aprendizagens múltiplas, além de uma formação abrangente.

Para Masseto (2015) os principais desafios que estão se configurando em relação a formação profissional do professor e o processo de ensino desenrolam uma fase que mostram um cenário educacional que exige intervenções partindo dos fenômenos sociais, dos modos de trabalho que permitam um crescimento integral por parte dos estudantes.

Seguindo os fundamentos de Masseto (2015) percorridos o docente necessita de buscar uma formação estruturada, com base em conceitos e concepções que sejam compatíveis com a realidade educacional. Aos docentes cabe buscar por recursos e formação que possa atender os estudantes e mediar os processos de ensino e de aprendizagem, promovendo uma formação de qualidade, prezando pela educação de todos os alunos que estão presentes no contexto escolar.

Partindo desta concepção teórica e metodológica a capacitação para estes profissionais é a pauta mais relevante quando pensamos em uma educação eficiente, que permite a igualdade na educação, promotora de reflexão e criticidade por parte dos estudantes com deficiências, pois os métodos e ações educativas e de comunicação garantem essas realizações. A inclusão de estudantes especiais em sala de aula faz repensar o currículo e a inclusão. Para desenvolver experiências e práticas pedagógicas neste sentido, mediante o atendimento e proposta para esses alunos, o profissional deve partir de preceitos e pressupostos que permitam uma mediação significativa (BENETT, 2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola atual deve se consolidar de situações que atenda o perfil e características de cada estudante respeitando suas limitações e o nível de cognição e partir de valores



éticos e políticos que poderá avalizar e assegurar à dignidade, a identidade, a cultura, a cidadania, partindo de princípios que tenha com foco a metodologia inclusiva. Para que se efetive esse método no cenário educativo, compete a sociedade, família e profissionais da educação estarem atentos para a construção de uma escola para todos.

---

## REFERÊNCIAS

1. ARANHA MSF. Inclusão Social e Municipalização. In: Manzini EJ. (org.) Educação Especial Temas Atuais. Marília: Unesp, 2000; 10p.
2. BAPTISTA CR. Inclusão e Escolarização Múltiplas Perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006; 176p.
3. BEYER HO. Da integração escolar à educação inclusiva implicações pedagógicas. Porto Alegre: Mediação, 2006; p. 75.
4. BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Brasília: DF. 1996.
5. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: DF. 2015.
6. CUNHA MJS. Formação de professores: um desafio para o século XXI. Porto Alegre: Mediação, 2009; 1056p.
7. CLOCK LM, et al. Profissão docente no século XXI concepções do professor sobre seu papel na sociedade contemporânea. Conjuntura: Caxias do Sul, 2018; 96p.
8. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994; 18p.r
9. MILTON J, BENNET. Você sabe o que é? Interculturalidade. Disponível em:<<http://revistaepoca.globo.com>> Acesso em: 5 de junho de 2020.
10. MASETTO MT. (org.) Desafios para a docência no Ensino Superior na contemporaneidade. Fortaleza: EdUECE, 2015; 795p.
11. MANTOAN MTE. (Org.). Inclusão Escolar pontos e contrapontos. São Paulo: Ed. Summus, 2006. 103p.
12. MANTOAN MTE. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
13. MITTLER P. Educação Inclusiva Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003; 16p.
14. MINETTO MF. Currículo na Educação Inclusiva Entendendo Esse Desafio. Curitiba: Editora IBPEX, 2008; 132p.
15. PERRENOUD P. (org.) O trabalho sobre o habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada de consciência. Porto Alegre: ArtMed, 2018; 184p.
16. SILVA AM. Educação Especial e Inclusão escolar histórias e fundamentos. Ed. Intersaberes, 2012; 216p.